



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

VALPARAÍSO, CHILE, 19 DE MARÇO DE 2002

Agradeço, sensibilizado, a oportunidade de me dirigir aos Representantes do querido povo chileno.

Se há um Parlamento que me agrada visitar é exatamente o Congresso Nacional do Chile.

A primeira razão é afetiva. Considero o Chile minha segunda pátria, onde vivi alguns anos. Não foram muitos, mas o necessário para me tornar eternamente cativo desta terra e de sua gente, que as Senhoras e os Senhores representam com tanto brilho e galhardia.

Também associo esta Casa ao exemplar espírito de cidadania do povo chileno, que fez emergir desde cedo neste país uma sociedade ativa e organizada.

Não é de hoje que os brasileiros admiram a determinação dos chilenos em assumirem as rédeas de sua própria história.

Há mais de um século, o estadista e diplomata brasileiro Joaquim Nabuco se deteve a analisar a polêmica passagem de José Manuel Balmaceda pela Presidência do Chile. Nabuco reuniu seus comentários em livro cuja edição em espanhol tive a satisfação de prefaciá-lo.

Por traumático que tenha sido o período Balmaceda, afirmava Nabuco, ele deveria servir de exemplo à jovem e ainda vacilante República brasileira.

A lição maior era a de que, no Chile, a sociedade havia amadurecido o suficiente para colocar limites à ação do Estado, assegurando legitimidade às instituições representativas.

E assim buscou proceder a República brasileira, facultando espaço cada vez maior à participação popular.

Sabemos que a evolução política do continente ao longo do século XX não foi isenta de sobressaltos. Houve hiatos autoritários, de triste memória, que muito nos custaram. Mas o importante é que nossos países souberam retomar a via democrática e o fizeram com convicção.

Muito me alegra vir a Santiago, Valparaíso e Arica – onde estarei amanhã – e encontrar o Chile olhando para frente, com confiança no futuro.

Muito me honra ser recebido nesta Casa como líder de um país irmão que partilha com o Chile o compromisso de fazer a democracia prosperar no continente.

O respeito às liberdades públicas tornou-se requisito para participação no Mercosul.

Orientação semelhante foi aprovada na reunião dos Presidentes da América do Sul em Brasília e depois estendida ao hemisfério na Cúpula de Québec.

Da Terra do Fogo ao Alasca, o desvio democrático é agora penalizado com o ostracismo.

Isso significa o reconhecimento generalizado da importância dos direitos humanos, inclusive como princípio de política externa.

Registro com satisfação o apoio, na América do Sul, à criação do Tribunal Penal Internacional, instrumento dos mais valiosos para prevenir crimes contra a humanidade e violações sistemáticas dos direitos humanos, onde quer que sejam cometidas.

Se a democracia, como valor universal, justifica-se em si mesma, ela também guarda uma afinidade estreita com a causa do desenvolvimento. A começar pela questão da legitimidade.

Os regimes democráticos, como sabemos, têm método próprio para a definição de políticas públicas, inclusive daquelas afetas à gestão da economia. As decisões resultam de uma acomodação negociada de posições, segundo regras transparentes, negociadas no espaço público.

Daí a credibilidade de que se revestem na democracia as normas balizadoras da atuação do mercado.

As políticas econômicas deixam de refletir a omnisciência de tecnocratas e passam a representar a depuração de interesses legítimos, um verdadeiro concerto de vontades, entre as quais a do próprio Governo, mas também a dos empresários e trabalhadores.

Permitam-me afirmar que a acolhida dispensada pela população brasileira ao Plano Real se deve exatamente à sua legitimidade como processo, elaborado como foi mediante o diálogo e a persuasão.

Quero saudar a parceria já consolidada entre o Chile e o Brasil no projeto de integração regional.

Apesar das dificuldades por que tem passado a Argentina, o Mercosul mantém sua vocação de plataforma para uma inserção competitiva e coordenada das economias da região no mercado internacional.

Foi por conta da coesão do bloco que outras iniciativas de grande interesse para a América do Sul puderam prosperar, como, por exemplo, o objetivo de integração continental em transporte, energia e comunicação.

Vejo com otimismo as perspectivas que se abrem para o reforço da integração viária, com a conclusão, que espero próxima, do Corredor Norte, de imenso interesse para o redimensionamento do comércio regional.

Quanto mais integrados estivermos, maior a credibilidade de nosso pleito para que a concertação hemisférica opere em bases simétricas, beneficiando a todos.

Na verdade, o Brasil não vê outra razão para fazer avançar a Alça que não seja a possibilidade de ganhos equânimes, o que implica a garantia de maior acesso ao mercado norte-americano.

É a mesma expectativa de uma maior simetria nas trocas que pautará a atuação do Brasil na próxima rodada de negociação da Organização Mundial do Comércio.

Doha foi um avanço. Queremos agora conquistas efetivas, sobretudo no campo agrícola.

Tenho insistido ao longo dos últimos anos na necessidade de atualização da arquitetura do sistema financeiro internacional, uma atualização que reduza os constrangimentos a uma presença mais assertiva dos países emergentes na economia mundial.

Mal havia iniciado meu primeiro mandato, aproveitei visita a Santiago, especificamente à sede da Cepal, para reclamar a adoção de medidas que pusessem fim à volatilidade dos fluxos financeiros.

Sabemos o quanto o problema se agravou nos anos que se seguiram, com o capital especulativo migrando de maneira irracional e provocando crises no México, no Sudeste Asiático, na Rússia, no Brasil e, mais recentemente, na Argentina.

A questão continua em aberto, sem que se tenha avançado um passo sequer rumo à maior previsibilidade dos movimentos de capital.

O Brasil espera que o tema receba a atenção devida na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que se realiza esta semana em Monterrey.

Propostas para atenuar o déficit de governança não faltam. O que sempre faltou e continua a faltar é sensibilidade política por parte dos Estados com maior influência sobre as instituições multilaterais de crédito.

Como sugeri na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Fortaleza, por que não aumentar os direitos especiais de saque para que o Fundo Monetário Internacional possa melhor atender a situações de crise?

Por que o Fundo insiste em lançar mão de métodos questionáveis para contabilizar dívidas, reduzindo nossa capacidade de captação de novos investimentos e empréstimos?

São questões práticas que merecem respostas efetivas.

É pela satisfação de expectativas como essas que o processo de globalização pode vir a assumir o perfil mais humano e solidário que tanto reivindicamos.

Não se trata de colocar em cheque a lógica do mercado, mas de criar regras equilibradas, para que os Estados possam explorar a contento suas respectivas vantagens comparativas. Para não falar do imperativo de assegurar um espaço, no plano doméstico, para a condução de políticas que respondam ao anseio de nossas sociedades por bem-estar, emprego e desenvolvimento social.

Isso sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macroeconômica.

Partilho com o Presidente Ricardo Lagos e as demais lideranças da Rede para a Governança Progressista a convicção de que equilíbrio fiscal e avanço social não são objetivos contraditórios. Podem ser perseguidos ao mesmo tempo.

Para tanto é imperioso que se corrijam as assimetrias no comércio e nas finanças internacionais.

É mais do que hora de envidar todos os esforços possíveis para que a globalização seja colocada a serviço da cidadania.

O Chile e o Brasil, na medida de seus recursos, podem prestar uma contribuição importante nessa luta.

Sobretudo se continuarmos a progredir lado a lado, como reclama nossa história, como é o desejo de nossos povos.

Estou certo de que assim o faremos.

Obrigado, uma vez mais, pela oportunidade de partilhar com esta Casa a crença, que me é inabalável, no futuro da amizade entre o Chile e o Brasil.